

DOSSIÊ RELIGIÕES, ESPIRITUALIDADES E EDUCAÇÃO

doi: [10.25247/paralellus.2023.v14n35.p751-763](https://doi.org/10.25247/paralellus.2023.v14n35.p751-763)

RELIGIÕES SOB A PERSPECTIVA TRANSNACIONAL: CONCEITOS,
PRÁTICAS E ABORDAGENS

RELIGIONS FROM A TRANSNATIONAL PERSPECTIVE: CONCEPTS,
PRACTICES AND APPROACHES

RELIGIONES DESDE UNA PERSPECTIVA TRANSNACIONAL:
CONCEPTOS, PRÁCTICAS Y ENFOQUES

*Julia Rany Campos Freitas Pereira Uzun**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir como a perspectiva transnacional pode ampliar o espectro de pesquisas sobre religiões em seus mais diversos matizes. O artigo contextualiza a proposta de análise a partir do surgimento das nações modernas, no final do século XIX, entendendo que ela só pode ser aplicada para objetos contemporâneos ou posteriores a esse processo. Além disso, destaca a sua importância na revisão de fronteiras, na análise de processos de territorialização e desterritorialização de movimentos e fazeres religiosos. Para compreender sua aplicação, são empregados dois exemplos de análise ao longo do texto: o caso dos processos de secularização e laicização do final do século XIX e as mediações das religiões mediúnicas durante a pandemia de COVID-19. Por fim, o artigo reflete como a perspectiva transnacional, que não pode ser encarada como um método, traz um novo enfoque para os objetos religiosos, vendo-os para além de seu contexto local e inserindo-os nas dinâmicas internacionais de transformação do fazer crer.

Palavras-chave: História das religiões; perspectiva transnacional.

* Pesquisadora de Pós-Doutorado em História da Educação junto à Cátedra de Educação Básica da Universidade de São Paulo, sob supervisão da profa. dra. Diana Vidal. Doutora e Mestre em História Cultural, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: professorajuliahistoria@yahoo.com.br.

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss how the transnational perspective can expand the range of such research of religions, offering a wide range of shades. The article contextualizes the analysis proposal since the advent of modern nations, in the end of the nineteenth century, comprehending that it can just be Applied to contemporary or subsequent objects to this process. Besides that, it points out the relevance of borderless review, on process of territorialization and deterritorialization analysis of religious movements and performances. To understand its applicability, the paper uses two examples of analysis: the case of the secularization and laicization of the end of nineteenth century and mediumistic religious mediatization movements during the pandemic period. In the end, the article reflects upon how the transnational perspective, that can't be faced like a method, brings a new approach to religious objects, focusing over and above their local context, inserting them on international dynamics of making believe.

Keywords: Religious history; transnational perspective.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es discutir cómo la perspectiva transnacional puede ampliar el espectro de la investigación sobre las religiones en sus más diversas manifestaciones. El artículo contextualiza el análisis propuesto a partir del surgimiento de las naciones modernas a finales del siglo XIX, entendiendo que sólo puede aplicarse a objetos contemporáneos o posteriores a este proceso. También destaca su importancia para revisar las fronteras y analizar los procesos de territorialización y desterritorialización de los movimientos y prácticas religiosas. Para entender su aplicación, se utilizan dos ejemplos de análisis a lo largo del texto: el caso de los procesos de secularización y laicización a finales del siglo XIX y la mediatización de las religiones mediúnicas durante la pandemia del COVID-19. Por último, el artículo reflexiona sobre cómo la perspectiva transnacional, que no puede considerarse un método, aporta un nuevo enfoque a los objetos religiosos, viéndolos más allá de su contexto local e insertándolos en la dinámica internacional de la transformación del hacer creer.

Palabras clave: Historia de las religiones; perspectiva transnacional.

1. Introdução

Histórias conectadas, história em redes, história transnacional. Propostas de análise como essas têm ganhado campo, nos últimos anos, buscando trazer à tona um conjunto de processos que ultrapassam fronteiras, mas que não alcançam a amplitude global. Da mesma forma, não pretendem comparar instituições, manifestações ou organizações entre duas ou mais nações, como é o objeto da história comparada, mas perceber como um mesmo processo ocorre em locais diferentes em uma mesma temporalidade.

Diferenciar estas abordagens é importante para historicizar a proposta da história transnacional. Ao ressaltar que determinado processo ou movimento extrapola o nacional, esse olhar se situa em períodos posteriores à afirmação do conceito de moderno de nação, podendo ser aplicado somente a objetos de análise a partir do século XIX. É possível identificar movimentos semelhantes de cristianização no século XVI, por exemplo, mas essa história pode ser conectada, pode criar redes, mas jamais será transnacional – pois um dos princípios do historiador é evitar o anacronismo.

Afinal, quais contribuições a história transnacional pode trazer para o estudo das religiões? Como ela pode permitir que um movimento, uma transgressão ou uma nova forma de relação com o sagrado seja identificada como um esforço que ultrapassa as fronteiras? Como esse olhar permite a identificação de diálogos inter e intrarreligiosos que jamais poderiam ser reconhecidos dentro das fronteiras nacionais?

2. O QUE PROPÕE A HISTÓRIA TRANSNACIONAL?

A nação como uma “comunidade imaginada de sentido”, como Benedict Anderson bem a definiu, era uma construção simbólica que estabeleceu elos de pertencimento, gerou vínculos, permitiu a criação de sentimentos identitários e propiciou a coesão social (ANDERSON, 2008). O conceito criado pelo autor defendeu as “comunidades imaginadas” advindas dos processos nacionalistas do século XIX como dotadas de identidades essencialistas foi duramente criticado por Homi Bhabha, que acreditava que a unidade política da nação consistia em um fluxo contínuo de ansiedade do espaço plural, posto que a representação do território moderno nacional foi transformada na temporalidade tradicional, arcaica. “A diferença do espaço retorna como a Mesmice do tempo, convertendo Território em Tradição, convertendo o Povo em Um”. O exterior foi transformado em interior, legitimando a tradição (BHABHA, 2005, p.211).

Mas como esses processos se deram na América Latina do Oitocentos? Se o século XIX europeu resguardou diversas modificações para o conceito de nação e o uso que ela fez da memória para afirmar-se, na América Latina os processos de formação das nações tinham caráter peculiar. Com o aumento das pressões coloniais por Carlos III – dando origem ao que se conheceu por “segunda conquista das Américas”, a

melhoria das condições de comunicação transatlânticas e o fato de que a América compartilhava língua e cultura com suas metrópoles, permitiu-se uma disseminação rápida das novas doutrinas políticas e econômicas surgidas na Europa Ocidental (ANDERSON, 2008, p.88-89). Não tardou para que as independências se dessem e, nestas novas nações, fosse necessário, antes mesmo de preocupar-se em buscar aquilo que seria seu por excelência, pensar em como libertar-se de suas antigas metrópoles.

Defendendo os processos de Independência como verdadeiras revoluções, posto que trouxessem mudanças estruturais para as antigas colônias, François-Xavier Guerra afirmou que as interpretações historiográficas que tenderam a ver este processo como um fenômeno meramente político já não se sustentavam, na medida em que esta interpretação “deixa de lado o traço mais evidente daquela época: a consciência que tem os atores, e que a todas as fontes refletem, de abordar uma nova era, de estar fundando um homem novo, uma nova sociedade e uma nova política” (GUERRA, 1992) . Segundo Maria Elisa Noronha Sá Mader, o novo homem era concebido agora a partir de sua individualidade, livre de seus vínculos com a sociedade e com a corporatividade. A sociedade que surgia estava unida a partir de um novo contrato social, no qual a soberania estava encarnada no povo – não mais na figura do rei. A amplitude dessas transformações foi observada pelos próprios atores sociais – que se tornaram agentes dessas transformações (MADER, 2008).

Como afirmou François-Xavier Guerra, os países latino-americanos tiveram uma tarefa nada fácil durante o século XIX, resultante dos processos de independência. Não bastasse a passagem contrastante entre os “tempos obscuros” do Antigo Regime para as Luzes da modernidade (movimento também ocorrido na Europa), a América também se viu necessitada de dotar seus Estados - nascidos de uma independência inesperada – de um passado que os pudesse legitimar como nações. Segundo Guerra, o caráter “inesperado” do surgimento desses novos Estados nacionais latino-americanos explicou, em parte, a necessidade da busca por uma identidade que não existia antes das independências, posto que não nascessem de movimentos nacionalistas, mas sim através da desintegração dos impérios europeus. O autor definiu a nação moderna como um modo inédito e ideal de concepção da coletividade,

surgido com a transição do Antigo Regime para a Modernidade – processo este que ele caracterizou como revolucionário (GUERRA, 1994).

O século XIX foi considerado, por excelência, o século da memória. Foi durante esse período que os governos de diversas localidades decidiram criar instituições para promover a preservação de seu passado, elevaram a História Pátria à disciplina preponderante no currículo escolar, estipularam hinos, bandeiras e elegeram os símbolos, mitos e alegorias que as representariam. Deu-se, no século XIX, o surgimento das nações como um movimento transnacional no mundo ocidental – e a busca por elementos identitários foi necessária para a afirmação das identidades nascentes. Foi também, segundo muitos historiadores, o momento em que grande parte dos países percebeu a importância da História e do Documento para a preservação do passado nacional. Segundo Leandro Karnal e Flavia Galli Tatsch,

De muitas formas, o século XIX é o século da História e do Documento, ambos ligados à emergência dos Estados nacionais. No Brasil, igualmente, o Instituto Histórico e Geográfico nasce com a Regência, verdadeiro momento de afirmação nacional. Coerentemente, o Estado, que desde o início da escrita foi um grande produtor de documentos, torna-se o organizador de arquivos e publicações para preservar documentos históricos. Conservar e organizar documentos passam a ser uma função muito ligada ao poder do Estado (KARNAL e TASTCH, 2004, p.54).

Ao mesmo tempo, o processo de cristalização dos Estados nacionais teve como ponto nevrálgico a delimitação dos territórios. De acordo com Doreen Massey, o conceito de território é construído através de interações, através das quais o intercâmbio de ideias é fundamental para que sua heterogeneidade – construída através de seu binômio tempo-espço – seja plenamente compreendida. Segundo ela, tal espaço é concebido como um conjunto de histórias simultâneas e inexistente sem elas, da mesma forma que esta pluralidade apenas pode existir por conta do espaço. O binômio simultaneidade-multiplicidade é oriundo das práticas materiais, levando o historiador a refletir sobre elas, sobre seus sujeitos e artefatos como condições para sua permanência (MASSEY, 2008).

Nesse contexto de disputas territoriais e identitárias, a história transnacional surge como uma abordagem que ultrapassa as fronteiras e limitações unívocas, na medida em que ela vai além das questões nacionais instituídas historicamente. É importante

ressaltar que, ao mesmo tempo em que o século XIX acompanhou o alvorecer da história como ciência, ele também viu florescer o processo de expansão missionária dos cristianismos, o surgimento de novas manifestações religiosas e o reconhecimento de tradições religiosas de povos originários como formas de consolidação nacional e formação cidadã.

De acordo com diversos autores, como Eckhardt Fuchs (FUCHS, 2014), Bernhard Struck, Kate Ferris e Jacques Revel (STRUCK; FERRIS, REVEL, 2011), o trabalho sobre a abordagem teórica da história transnacional das religiões ainda é pouco debatido, sendo realizado especialmente no Reino Unido, na França e nos Estados Unidos. Existem esforços distintos, que vão desde a transferência cultural, a comparação histórica, a investigação sobre as circulações e conexões culturais, levando à criação de formas alternativas de história internacional. No entanto, eles afirmam que tais instrumentos e perspectivas reiteram a importância das interações e dos intercâmbios de ideias, de instituições, de técnicas, de tecnologias e de indivíduos por meio do Estado e das fronteiras, ampliando as conexões e confluências entre as sociedades e as culturas.

Nesse sentido, como sugere Rebecca Rogers, o ponto de vista transnacional para o olhar sobre a história das religiões pode ser encarado muito mais como uma perspectiva ou uma postura pelo historiador do que propriamente como uma abordagem ou uma metodologia, visto que seu objetivo é rever a territorialização de seu objeto e dar voz a novos sujeitos (ROGERS, 2019).

Com isso, a partir da abordagem da história transnacional, a fronteira atinge outros sentidos, podendo ser resignificada como um espaço múltiplo ou binário, como um ambiente de violência ou de hibridação, como uma linha divisória ou como uma zona de convivência, como um ambiente de transposição ou de confinamento (ALTENBERND; YOUNG, 2014).

Fuchs reforça a ideia de que a história transnacional tem o objetivo de ultrapassar, cruzar as fronteiras, redefinindo os conceitos de território e apropriando-se de sujeitos desvinculados ao Estado, historicizando as questões nacionais dentro dos contextos internacionais, incluindo suas dependências, vínculos e conexões (FUCHS, 2014, p. 14-15). Nesse sentido, a história transnacional se diferencia da história global ao

focar-se em uma escala menor do planeta – como no caso dessa pesquisa, na América Latina – realizando um importante jogo de escalas.

Partindo da abordagem da história transnacional, nosso olhar retoma a proposta de Michel de Certeau acerca da operação historiográfica, compreendendo que o fazer histórico é realizado também no interior dos territórios epistemológicos e físicos que lhe dão validade científica, dentro das construções em meio às comunidades de sentido e interpretação, o que significa afirmar que as historiografias nacionais e internacionais são, em si, territórios em disputa constante a serem observados (CERTEAU, 1982).

Com isso, este trabalho se insere nas investigações que buscam entender e ressignificar as fronteiras dos Estados Nacionais, compreendendo-as ao mesmo tempo como territórios de passagem e muros frente à circulação de sujeitos, artefatos e projetos educacionais. Além disso, a pesquisa também repensa os conceitos de re/des territorialização de seus objetos a partir de discussões teóricas e práticas, questionando as historiografias nacionais e internacionais sobre educação e educação feminina como campos de disputa.

3. OS MOVIMENTOS TRANSNACIONAIS DE RESSIGNIFICAÇÃO DO CATOLICISMO

No fim do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, o Catolicismo passou por um processo transnacional de ressignificação de seus espaços, em que as contribuições do universo religioso para a sociedade secular foram revisitadas. Ainda que Igreja e Estados mantivessem sua autonomia, surgiram importantes espaços de negociação (DELACAMPAGNE, 2001, p.32). Vitor Neto destaca o processo de secularização como um reflexo da crise entre a vida social e as instituições religiosas, resultando na perda de soberania do clero em diversas sociedades (incluindo a brasileira), a partir do momento em que o catolicismo passou a disputar poderes com novas instituições de representação política, como o republicanismo, o cientificismo, o nacionalismo e outras vertentes religiosas (NETO, 1998, p.220).

Os processos de secularização, dessa forma, atuariam como ferramentas de limitação entre os poderes político e religioso, que por muito tempo não tiveram fronteiras claras

de atuação em diversas nações. Esses movimentos estariam baseados na expulsão das instituições religiosas e de seus símbolos de todas as áreas da vida cotidiana, afastando suas práticas de todas as esferas de influência a partir da separação entre Estado e Igreja e da implantação do ensino laico (BERGER, 1985, p.119). Assim, as secularizações seriam parte dos processos modernizantes transnacionais do final do século XIX e início do século XX, reorganizando o *locus* religioso do Ocidente a partir do fim da primazia católica sobre a formação intelectual, moral e ética das sociedades, ainda que as secularizações tenham, também, permitido a criação de discursos de aproximação entre o “moderno laico” e o “tradicional religioso”, principalmente em temas vinculados a modos de disciplinar diferentes grupos sociais (RIBEIRO, 2003, p.10).

No entanto, o movimento de separação entre Igreja e Estado também ocorreu de forma mais radical em alguns Estados, através de processos de laicização, onde as trocas entre católicos e governantes não existiu. Nesses casos, os espaços de atuação política da Igreja foram amplamente restringidos, neutralizando o poder civil. Laicização, para César Ranquetat Júnior, significou a separação necessária e rígida entre o poder temporal e o poder religioso católico (RANQUETAT JR., 2012, p.45). Estes projetos laicizantes foram mais amplos que os de secularização, pois tinham como objetivo o silenciamento dos religiosos e de suas práticas em todo tipo de instituição católica, retirando por completo todo tipo de símbolo e acabando com a educação confessional. As práticas eclesiais foram combatidas, o clero foi perseguido e os bens da Igreja foram tomados pelo Estado (UZUN, 2022, p. 406).

Mas, afinal, por que é importante olhar para os movimentos de afastamento entre Igreja e Estado sob a perspectiva transnacional? Durante muito tempo, a tradição historiográfica tratou os processos de secularização e laicização como estanques, defendendo que eles aconteceram de uma única forma em diversas regiões.

De fato, a laicização ocorreu de forma muito clara em algumas partes do mundo, como em Portugal e na França, onde o clero foi abertamente criticado pela população e leis de expulsão das ordens religiosas foram aprovadas. No caso francês, o processo de laicização começou quando Émile Combes assumiu a presidência do Conselho de Estado. Em 1905, a Lei de separação entre Estado e Igreja proibiu que religiosos

judeus e cristãos de diversas denominações (incluindo luteranos, calvinistas e católicos) atuassem como professores, fechou as escolas confessionais, acabou com o pagamento para ministros de culto e expropriou os bens da Igreja (RANQUETAT JR., 2008). Em Portugal, a Revolução de 1910 reafirmou o movimento de laicização, que foi transformado em lei no ano seguinte (MOURA, 2018). Processos de laicização como esses foram fundamentais para a intensificação da expansão das ordens religiosas católicas, reconfigurando as fronteiras e itinerários dos projetos missionários, que deixaram o continente europeu e partiram para países americanos, africanos e asiáticos.

Para isso, é importante compreender a especificidade do processo de separação entre Igreja e Estado no Brasil. O Decreto 119-A, publicado em 1890, afirmava que a República se tornava uma nação laica, retirando da Igreja Católica os registros de nascimento, óbito e casamentos, além de fundar a educação pública laica. Ao mesmo tempo, ele incentivava a instalação de ordens religiosas para ocupar os espaços que o Estado não tinha como suprir, como a educação, a saúde, o cuidado com os idosos e a assistência social. O olhar transnacional, mais do que comparar as separações entre Estado e Igreja nos diversos países, ajuda a questionar os limites conceituais de laicização e secularização, mostrando que em alguns espaços, como no Brasil, não se deu a completa exclusão dos valores e símbolos católicos (a laicização), ainda que ele tenha ido além das bases dos movimentos de secularização.

O olhar da história transnacional sobre o objeto religioso permite a análise das características únicas do processo de separação entre Igreja e Estado no Brasil republicano, identificando uma “laicidade à brasileira”, já que os poderes temporal e espiritual foram oficialmente divididos no campo jurídico e formal, mas as práticas e artes de fazer do catolicismo se mantiveram presentes no cotidiano, visto que grupos eclesiais foram usados como ferramentas políticas eficazes de ordenamento da sociedade (RANQUETAT JR., 2012, p.60). Ela pode ser vista, também como uma “laicização imperfeita”, visto que o Estado manteve vínculos com o catolicismo sem empregar instrumentos de violência simbólica, como ocorreu em Portugal ou na França (MOURA, 2018, p.54). Da mesma forma, o processo pode ser descrito como uma “separação oficial com união oficiosa”, que atendeu aos interesses de religiosos e políticos republicanos (CAVALCANTI, 1994, p.68). O movimento ainda pode ser

descrito, assim, como uma “laicização aparente”, já que a separação entre Estado e Igreja se deu por força de lei, mas abriu diálogos entre as duas esferas, mantendo várias estratégias, símbolos, representações e práticas religiosas na atuação política, permitindo que o catolicismo crescesse e encontrasse novos espaços de atuação, transformando-se na instituição mais poderosa das primeiras décadas republicanas. No Brasil, o discurso laicizante era mais importante do que sua vivência cotidiana.

4. PROCESSOS TRANSNACIONAIS DE MEDIATEZADAÇÃO RELIGIOSA

A pandemia de COVID-19 trouxe novos desafios para o fazer religioso, especialmente para as religiões mediúnicas, que dependem da corporeidade e da ligação do fiel com o espaço físico de culto. Enquanto as religiões cristãs já haviam realizado grandes movimentos de mediação desde a década de 1990, com missas e cultos transmitidos pela televisão e até canais próprios, as religiões mediúnicas continuaram demandando o contato físico e reforçando o corpo como território do sagrado, fazendo com que sua desterritorialização fosse algo impensável antes da necessidade de isolamento social (MARTINO, 2016).

Através desse movimento, religiões de matriz africana criaram formas completamente alternativas de praticar seus cultos através do mundo virtual, revisando as fronteiras do fazer religioso. Para essas religiões mediúnicas, as mídias são operadas por praticantes muito diversos, que começaram a interpretar toda a ritualística, o autocuidado e as formas de atendimento de forma individual, criando novos sentidos para suas práticas religiosas mediadas pela tecnologia (TEIXEIRA FILHO; AZEVEDO JUNIOR, 2019).

Essa análise se torna mais completa a partir da abordagem de Michel de Certeau da antropologia do crer, que define a diferenciação entre a prática cotidiana do fazer religioso e sua formalização. Para Certeau, o ato de crer deve ser lido como uma potencialidade identificada a partir de seu exterior, da convocação de um Outro externo que compõe o espaço e o território de um sujeito, podendo se estabelecer pela confiança em algo ou alguém visível ou invisível. Através desse caminho, se torna possível refletir como a ressignificação das práticas tradicionais das crenças mediúnicas a partir do isolamento social, levando em consideração que estas são

religiões plurais, sem textos sagrados ou sede, transmitidas pela oralidade. Logo, a desterritorialização dessas manifestações gerou um grande número de reformulações das práticas oficiais.

O principal desafio foi o desenvolvimento de lógicas de cuidado com o fiel sem o corpo como território sagrado. O mesmo tipo de desafio foi enfrentado pelos espiritismos e demais religiões de matriz africana, no Brasil e em toda a América Latina. Nos meses iniciais do isolamento, a grande maioria dos países determinou o fechamento das casas e impediu o atendimento ao público. Com o prolongamento da pandemia, novas alternativas se desenvolveram. Era necessário, ao mesmo tempo, garantir a continuidade do desenvolvimento mediúnico com segurança (as incorporações) e o atendimento de cura e integração social.

Em toda a América Latina, três grandes possibilidades foram vislumbradas. Grupos familiares e casas pequenas retornaram com o atendimento e com a abertura das casas. Esse processo gerou, em várias partes da América Latina, a contaminação dos membros mais antigos das casas e, com frequência, a morte dessas pessoas. Um exemplo desse processo foi a perda da presidente da Associação Brasileira das Baianas de Acarajé, Eleonora Alves dos Santos, mãe de santo na região metropolitana de Campinas, que faleceu de COVID-19 em abril de 2021.

Uma segunda tendência foi a realização de atendimentos fora dos espaços dos terreiros e casas de culto, especialmente dentro dos veículos familiares. Os médiuns incorporavam dentro dos terreiros e faziam os atendimentos em fila, em uma espécie de drive-thru religioso. Por fim, a maior parte dos terreiro aceitou o processo de desterritorialização completa e deu origem ao “passe online”, utilizando-se de lives para o jogo de búzios, os atendimentos e as incorporações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisar fronteiras, compreender os processos de desterritorialização e reterritorialização do sagrado, identificar movimentos do fazer religioso que não se limitam a um contexto nacional: tais são algumas das contribuições do olhar transnacional para a compreensão do sagrado.

Seja em religiões regradas por um conjunto de normas unificado, como o cristianismo, ou por aquelas com templos autônomos, como as religiões mediúnicas e de matriz africana, olhar para além do micro contexto permite identificar que o fazer religioso é um processo muito mais vinculado às transformações sociais, econômicas, históricas e culturais de seu contexto do que apenas às trocas políticas locais. O jogo de esferas que essa abordagem permite dá ao estudioso de religiões uma ferramenta importante para compreender seu objeto para além daquilo que parece evidente.

REFERÊNCIAS

- ALTENBERND, Erik; YOUNG, Alex Trimble. Introduction: the significance of the frontier in the age of transnational history. **Settler Colonial Studies**. 4:2, 2014. pp. 127-150.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas** – Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985. p.119.
- BHABHA, Homi. Disseminação – o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna In **O Local da Cultural**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política**: teoria bíblica e prática histórica. São Paulo: Temáticas, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DELACAMPAGNE, Christian. **A Filosofia Política Hoje**: Ideias, Debates, Questões. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FUCHS, Eckhardt. History of education beyond the nation? Trends in historical and educational scholarship. In BAGCHI, Barnita; FUCHS, Eckhardt; ROUSMANIERE, Kate (ed.) **Connecting histories of education**: Transnational and cross-cultural exchanges in (post) colonial education. New York/Oxford: Berghahn Books, 2014.
- GUERRA, François-Xavier. **Mémoires en Devenir.Amérique latine XVIe – XXe siècle**. Bourdeaux: Maison des Pays Ibériques, 1994.
- GUERRA, François-Xavier. **Modernidad y independencias**: ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México: FCE, 1992.
- KARNAL, Leandro e TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente: Documento e História In FREITAS NETO, José Alves de; KARNAL, Leandro. **A Escrita da Memória**: interpretações e análises documentais. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004. pp.49-61.
- MADER, Maria Elisa Noronha Sá. Revoluções de Independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica in **Revista de História**, 159 (2ª semestre). São Paulo: Edusp, 2008.
- MARTINO, L. M. S. **Mídia, religião e sociedade**: das palavras às redes digitais. São Paulo: Paulus, 2016.
- MASSEY, Doreen Barbara. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias Cruzadas: intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910-1942)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

NETO, Vítor. **O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

RANQUETAT JR., César Alberto. **Laicidade à brasileira: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

RANQUETAT JR., César Alberto. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Tempo da Ciência**, nº 15, 2008.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja católica e modernidade no Maranhão: 1889-1922**. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

ROGERS, Rebecca. Conversations about the transnational: Reading and writing the empire in the history of education. In FUCHS, Eckhardt; ROLDÁN VERA, Eugenia (ed). **The transnational in the history of education: concepts and perspectives**. London: Palgrave Macmillan, 2019. pp. 101-124.

STRUCK, Bernhard; FERRIS, Kate; REVER, Jacques. Introduction: Space and Scale. Transnational History. **The International History Review**. 33: 4, 2011, pp. 573-584.

TEIXEIRA FILHO, C.; AZEVEDO JÚNIOR, A. C. Umbanda mediatizada: entre consumo, músicas e experiências pessoais. In: CAMARGO, H. W. (Org.). **Umbanda, cultura e comunicação: olhares e encruzilhadas**. Curitiba: Syntagma Editores, 2019.

UZUN, Julia Rany Campos Freitas Pereira. “A praga da nossa era é o chamado secularismo”: o processo de laicização aparente durante o início da República brasileira. **Paralellus**. Recife, v. 13, n. 33, jul./dez. 2022, p. 401-418. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/2142/2077> Acesso em 04 out. 2023.